



S.E. Professor Doutor Mário Centeno,
Ministro das Finanças de Portugal e Presidente do Eurogrupo

Bruxelas, 14 de junho de 2019

Senhor Ministro,

No seguimento das revelações do escândalo Football Leaks, e subsequentes notícias relacionadas, venho solicitar a V.Exa. os seguintes esclarecimentos:

1. Tendo em conta informações avançadas pela comunicação social hoje¹, agradeçia confirmação de que os 156 milhões de euros pagos a empresários e empresas de intermediação de jogadores de futebol, pelos 3 principais clubes nacionais nos últimos quatro anos no contexto de transferências de jogadores no nosso país, implicaram a devida recolha de impostos por parte da Autoridade Tributária nacional. É imperativo que as autoridades, tributárias e outras, assegurem que a indústria do futebol não se mantém na impunidade que o Football Leaks demonstrou, sendo tratada como qualquer outro mercado, sujeita às devidas obrigações tributárias.

2- No contexto da cooperação que foi prestada pelo “whistleblower” do Football Leaks, o português Rui Pinto, às autoridades judiciais e tributárias de vários países europeus, permitindo-lhes recuperar milhões evadidos por jogadores, clubes e empresários ligados à indústria do futebol, pergunto a V.Exa se a Autoridade Tributária nacional já pediu informações sobre os eventuais crimes fiscais e de branqueamento de capitais de que Rui Pinto possa ter conhecimento, de forma a cooperar na recuperação de activos para os cofres públicos nacionais.

¹ <https://www.jn.pt/desporto/interior/clubes-pagam-156-milhoes-em-comissoes-a-empresarios-11008648.html>



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

Caso a resposta seja negativa, e não tenha havido ainda qualquer contacto da Autoridade Tributária com Rui Pinto, muito agradeceria explicasse por que razão se mantém Portugal à margem deste processo, perdendo a oportunidade de recuperar impostos não coletados, de confiscar activos objecto de branqueamento de capitais e de condenar todos aqueles que se vêm aproveitando da inação para enriquecer à custa da generalidade dos contribuintes.

Com os cordiais cumprimentos,

Ana Gomes,

Deputada Socialista ao Parlamento Europeu